

# Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)



**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**  
(Organizador)

# **Processos de Transformação do Mundo do Trabalho**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307  1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.  CDD 331
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Aleksandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandei Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de



leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira  
Mickaelle Bezerra Calaça

**DOI 10.22533/at.ed.3821903077**

**CAPÍTULO 8 ..... 85**

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING  
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes  
Maria Juliana Moreira da Costa  
Jeovana da Silva Rodrigues  
Thais Rodrigues Ferreira  
Liliana Gama Oliveira  
Ranieli Cavalcante dos Santos  
Nataly de Fatima Sousa Martins

**DOI 10.22533/at.ed.3821903078**

**CAPÍTULO 9 ..... 95**

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA  
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho  
Keity Ayumi Akimura  
Silvana Souza Netto Mandalozzo

**DOI 10.22533/at.ed.3821903079**

**CAPÍTULO 10 ..... 111**

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA  
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann  
Flávia Xavier de Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.38219030710**

**CAPÍTULO 11 ..... 127**

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA  
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

**DOI 10.22533/at.ed.38219030711**

**CAPÍTULO 12 ..... 136**

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O  
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi  
Marilane Oliveira Teixeira  
Alisson Droppa

**DOI 10.22533/at.ed.38219030712**

**CAPÍTULO 13 ..... 145**

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas  
Amanda Alves dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.38219030713**

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>157</b>
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>167</b>
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>183</b>
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>198</b>
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>207</b>
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>216</b>
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>229</b>
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030720</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>243</b>
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>255</b>
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>271</b>
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>286</b>
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030724</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>300</b>
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030725</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>317</b>
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030726</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>333</b>
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030727</b>	

**CAPÍTULO 28 ..... 348**

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA\*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

**DOI 10.22533/at.ed.38219030728**

**CAPÍTULO 29 ..... 359**

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

**DOI 10.22533/at.ed.38219030729**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 369**

## RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)

**Carlos Eduardo Marotta Peters**

Centro Universitário Toledo

Araçatuba – SP

Fundação Educacional de Penápolis

Penápolis – SP

**RESUMO:** O trabalho problematiza a inserção de discursos religiosos nas escolas públicas paulistas. Analisa principalmente a construção da imagem negativa do *outro* em sala de aula, com a utilização de estereótipos e a identificação de supostos *inimigos da fé*, como homossexuais, feministas, artistas e, principalmente, cientistas sociais. O foco são as representações sobre os movimentos sociais produzidas por diversos textos de teor religioso. Esses textos reproduzem e produzem imagens negativas dos movimentos sociais, apresentados como *diabólicos* e atrelados a valores e discursos *comunistas*. O termo comunista, em tais representações, é polissêmico. Como fundamentação teórica, foram utilizados conceitos extraídos da Nova História Cultural, como *imaginário* e *representação social*, bem como o conceito sociológico de *campo religioso*, proposto por Pierre Bourdieu. A base documental da pesquisa é composta por textos de conteúdo religioso, distribuídos e discutidos nas escolas por professores oriundos de diversas igrejas e pelos trabalhos realizados pelos alunos a partir

da leitura de tais textos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola Pública. Religião. Representações Sociais. Movimentos Sociais.

**ABSTRACT:** The work problematizes the insertion of religious discourses in public schools in the state of São Paulo. It mainly analyses the construction of negative images of the other in the classroom, with the use of stereotypes and the identification of alleged enemies of the faith, such as homosexuals, feminists, artists and, specially, social scientists. The focus is the representation about the social movements produced by various texts of religious content. These texts reproduce and produce negative images of social movements, presented as *diabolical* and linked to communist values and discourses. The term communist, in such representations, is polysemic. As a theoretical foundation, concepts extracted from the New Cultural History were used, such as imaginary and social representation, as well as the sociological concept of religious field, proposed by Pierre Bourdieu. The documentary basis of the research is composed of texts of religious content, distributed and discussed in schools by teachers from different churches and by the work performed by the students from the reading of such texts.

**KEYWORDS:** Public School. Religion. Social Representation. Social Movements.

## 1 | INTRODUÇÃO

Em 1999, ingressei no magistério público. Atuei em uma escola estadual da cidade de Penápolis – SP até 2008. Em minha carreira de docente e pesquisador, procurei analisar como profissionais do ensino selecionavam conteúdos, metodologias e valores morais a serem inseridos no processo de ensino-aprendizagem. No decorrer do tempo, percebi que tais escolhas evocavam como inspiração princípios liberais e democráticos, expressos nos parâmetros curriculares e construídos com base em certo conceito de cidadania. Contudo, a noção de cidadania dos profissionais do ensino era polissêmica. Minhas pesquisas levaram à conclusão que parte significativa dos docentes produzia uma ação pedagógica calcada em conteúdos e valores retirados de suas crenças religiosas. Muitos deles legitimavam seu proselitismo a partir da menção à liberdade de culto garantida pela Constituição de 1988.

A percepção de que havia proselitismo religioso nas escolas levou-me a buscar explicações para esse fenômeno nos estudos históricos, sociológicos e antropológicos sobre educação e religião. O foco de minhas reflexões passou a ser exatamente a questão da inserção do discurso religioso nas escolas públicas, ainda que considerasse também a penetração nas instituições políticas. Considerei que o tema era de suma importância para o entendimento das complexas transformações por que passava o Brasil. O tema é pertinente porque a ação pedagógica é fundamental no processo de reprodução de certo arbitrário cultural, portanto de formação de representações de mundo que fornecem a base para a ação social dos indivíduos.

Decidi que seria mais pertinente um trabalho com um número reduzido de unidades escolares. Pensava que certo recorte permitiria um levantamento de fontes mais criterioso. Resolvi focar nas escolas estaduais situadas em Penápolis: CEFAM, EE Profa Luiza M. B. Nory, EE Augusto Pereira de Moraes, EE Professora Ester Eunice, EE Adelino Peters, EE Professora Yone Dias de Aguiar, EE Carlos Sampaio Filho e EE Luiz Crisóstomo de Oliveira. A base documental da pesquisa foi formada por textos de teor religioso distribuídos pelos professores. Tais textos balizaram as discussões acerca de diversos temas no decorrer das aulas. Esses textos, em sua maioria produzidos por membros de igrejas pentecostais e neopentecostais, não faziam parte do material didático das disciplinas ministradas, mas serviam de parâmetro para a compreensão da realidade social, econômica, política e cultural do Brasil e do mundo. Professores de diversas matérias lançaram mão do proselitismo no interior das escolas públicas. As discussões que realizaram em sala de aula não ficaram circunscritas às suas especialidades.

A pesquisa resultou em minha tese de doutorado (PETERS, 2010), apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Assis. O presente trabalho é um desdobramento e aprofundamento das reflexões contidas na tese. Ele analisa as representações dos movimentos sociais presentes nos textos religiosos. Os textos foram inseridos no universo escolar sem necessariamente constarem dos projetos



pedagógicos das escolas ou da LDB. Fazem parte de uma estratégia de conversão criada no âmbito das igrejas às quais os professores pertenciam.

O trabalho é inspirado nas reflexões da História Cultural. Utiliza como base o conceito de *representação*. As *representações* são capazes de substituir a realidade que representam; constroem um mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem. Mobilizam pessoas e grupos sociais e produzem reconhecimento e legitimidade social, inserindo-se em regimes de verossimilhança e de credibilidade. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais (PESAVENTO, 2005). Criam imaginários, que são conjuntos de representações que dão ao mundo um sentido ontológico. Os imaginários são históricos, comportam crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores. São universos de significação que constroem identidades e exclusões. Servem para hierarquizar, dividir, produzindo coesão e conflito (PESAVENTO, 2005, p. 23).

Os diversos grupos sociais constroem leituras de mundo diferenciadas. Os grupos que são bem sucedidos em legitimar seus discursos e práticas adquirem poder simbólico para impor certa leitura do real. O conceito de *representação* permite que se entenda a realidade como um campo de forças para se definir o que é real (BOURDIEU, 1989).

O campo religioso brasileiro passou por diversas mudanças no século XX, século de intensa modernização. Essas mudanças foram analisadas por sociólogos, historiadores e antropólogos. Desde pelo menos a década de 1950, o estudo das transformações religiosas faz parte do universo de pesquisa de diversos autores. Um dos pioneiros a analisar a questão foi Cândido Procópio Ferreira de Camargo. Desde a obra desse pioneiro, podemos dizer que boa parte da sociologia da religião produzida no Brasil é, na verdade, a análise do declínio do catolicismo, a grande religião tradicional do país. Maria Lúcia Montes, no artigo *As figuras do sagrado: entre o público e o privado* (1998), discute o deslocamento que sofreu a *economia do simbólico* nos últimos tempos, passando para o âmbito privado, espaço de interiorização das novas modalidades religiosas. A autora faz um amplo mapeamento do campo religioso brasileiro, discutindo as causas dessa crise do catolicismo tradicional e a ascensão do espiritismo kardecista, da umbanda, do candomblé e, principalmente, das igrejas neopentecostais.

As disputas pelo monopólio do sagrado ficaram mais acirradas após o advento da República e o conseqüente estabelecimento da liberdade de culto. Na virada para o século XXI, os grupos religiosos que mais cresceram foram os protestantes neopentecostais, que passaram a atuar de forma incisiva na busca de novos fiéis, utilizando os meios de comunicação de massa, a política e a educação como base para seu proselitismo. Meu trabalho busca entender quais discursos religiosos foram inseridos nas escolas públicas e que representações eles produziram acerca dos movimentos sociais.

As fontes elencadas demonstraram que a oposição entre caos e ordem está presente em quase todos os argumentos utilizados pelos professores religiosos. O

mundo profano e os valores da modernidade, bem como as religiões opositoras na disputa pelo monopólio do sagrado, são demonizados, representados com diversos nomes que remetem à ideia de caos e desordem. Por outro lado, a ação evangelizadora dos professores e de suas igrejas aparece como um processo de ordenação do caos, criação da ordem e do mundo. Nessas representações do mundo, existe recorrência às metáforas da guerra e da doença.

No que se refere à metáfora da guerra, o mundo é representado como caótico e palco de uma luta cósmica entre o bem e o mal. O papel do professor e da escola é entendido sob tal perspectiva. A ação pedagógica é referida como *uma luta contra o mal, um combate pela luz, uma grande batalha contra o Diabo* etc. Em todos os textos ancorados em tal metáfora, há um chamado à ação; chamado que se diz *necessário, urgente e indiscutível*. Não haveria espaço, na pregação religiosa, para indecisões ou posturas conciliadoras. Na ação realizada no *campo avançado* da instituição escolar não haveria lugar para *ecumenismos* ou *relativismos*, representados como tentativas do inimigo de conseguir tempo para reunir forças.

De acordo com um dos textos usados para discussão em sala de aula, enquanto se fala em ecumenismo e tolerância, os agentes do diabo se articulam e usam as leis em seu favor. O texto afirma que aqueles que pregam a aceitação da diversidade estão sem saber defendendo bandidos, prostitutas, gays, pedófilos e todo tipo de gente que o *diabo* manipularia. O combate pela verdade seria o combate por Deus. De acordo com essa leitura, o professor cristão não poderia *jogar nos dois times* (SOLDADOS, 2003, p. 1). Esse posicionamento levou boa parte do professorado a adotar posturas contrárias à tolerância religiosa e aos debates propostos em diversas disciplinas acerca da questão da alteridade e dos direitos civis e sociais.

## 2 | OS ARTÍFICES DA CONSPIRAÇÃO

A análise das fontes permitiu identificar um imaginário que perpassa a maioria dos discursos produzidos pelos professores na escola. A metáfora da guerra é a matriz das representações da ação pedagógica calcada em valores religiosos. O imaginário que se produz a partir dela é baseado em certo mito político; o mito da conspiração, que identifica na sociedade, pessoas e organizações responsáveis por um complô contra a ordem social, moral e religiosa. Diversos autores afirmam que o imaginário é uma teia de sentidos que dá base para a construção de referentes sociais. Os mitos e as mitologias políticas receberam um tratamento histórico na obra de Raoul Girardet. Ele aponta as semelhanças de tais mitos com aqueles de caráter religioso. Girardet (1987, p. 13) entende o mito político como uma fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas que exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos

fatos e dos acontecimentos. Segundo ele, esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização.

A discussão teórica acerca do caráter mobilizador do mito (e da consequente fabricação do *outro* nas disputas inerentes aos campos sociais) está presente na obra de autores como Pierre Bourdieu, para quem os mitos são um produto coletivo e coletivamente apropriado. O autor discute principalmente os mitos educacionais responsáveis pela criação de uma ideia de educação não-repressiva, Mircea Eliade (1994) e Ernest Cassirer (1992), que dedica uma obra aos mitos do Estado. Este último pretende mostrar a construção dos mitos políticos modernos. Considera que os mitos políticos contemporâneos não possuem nenhuma característica completamente nova. Carlo Ginzburg (1989) também analisa o mito político. Ele se ocupa da análise da mitologia germânica e do nazismo por meio da obra de Georges Dumézil sobre mitos e deuses germânicos. Mostra que houve uma continuidade entre o passado e o presente no que se refere à ressignificação dos mitos germânicos nas orientações políticas, militares e culturais do Terceiro Reich. Ginzburg tem muito a contribuir com a discussão sobre os mitos. Em suas obras, ele busca explicar historicamente as releituras míticas e rituais possíveis no interior de uma formação social determinada.

O mito da conspiração não é prioritariamente político. No campo religioso é comum encontrarmos, em diversos contextos, representações de um mundo assolado por inimigos insidiosos e temíveis. Basta, para recuarmos até a gênese do mundo moderno, uma análise das hagiografias e tratados teológicos medievais para percebermos a onipresença do diabo e de seu séquito em *conspirações* contra Deus e o mundo. Na obra *História do medo no Ocidente* (1996), Jean Delumeau cria uma tipologia dos medos que assolaram a Europa entre os séculos XIV e XVIII, afirmando que a angústia gerada pelas mudanças acontecidas nesses séculos levou à constante nomeação, portanto identificação, dos inimigos, o que acabou por gerar comportamentos intolerantes. No amplo leque de séquitos de Satã, Delumeau encontrou idólatras, muçulmanos, judeus e a mulher, que sofreu um processo de *diabolização* no momento em que o pecado original passou a ser associado à sexualidade. Esses *inimigos* foram acusados, nos mais variados contextos, de terem conspirado contra a cristandade, servindo como bodes expiatórios frente às intempéries do mundo natural e social. Assim, a peste, a guerra, as grandes catástrofes naturais e a própria miséria cotidiana receberam explicações ordenadoras, portanto tranquilizadoras, calcadas na ação desses *inimigos*. Mas não só na longa Idade Média que, segundo Jacques LeGoff, pode ser estendida até o final do século XVIII (BASCHET, 2006, p. 44-45), o mito da conspiração agiu, apesar de nesse contexto a temática religiosa ser central (heresias, idolatrias, cismas e reformas fizeram parte do amplo leque de conspirações contra a fé oficial). A modernidade também conheceu seus conspiradores, que variaram de acordo com o espectro político e ideológico em que era enquadrado. Comunistas, socialistas, anarquistas, judeus, muçulmanos, maçons, agnósticos, ateus, cientistas, dentre outros, povoaram e povoam os mitos conspiratórios modernos.

A complexa conjuntura de mudanças pela qual passou o Brasil na virada do século fez emergirem angústias e medos em quantidade suficiente para provocar o aparecimento de novas ou o reaparecimento de velhas teorias de conspiração, devidamente ressignificadas e adequadas aos novos tempos. A fala dos professores das escolas públicas está repleta de tais mitos e eles são fundamentais para o entendimento do tema analisado em nosso trabalho. Se existe uma representação de mundo marcada pelo signo do caos e da crise de sentidos, a nomeação dos *causadores* de tal realidade é um mecanismo fundamental na retórica do professorado que, em última instância, busca converter o alunado e levá-lo a agir sobre o mundo a partir de referenciais religiosos.

### 3 | REPRESENTAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A mídia brasileira sempre foi ambígua no que diz respeito aos movimentos sociais. Utilizo o conceito de movimento social como é entendido por Maria da Glória Gohn (2008), como ações sociais coletivas de caráter social, político e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas. Às vezes eles foram representados como fruto do atraso econômico brasileiro, mas a maioria das representações midiáticas tende a fortalecer a imagem dos movimentos como obra de arruaceiros e oportunistas. Essa leitura enviesada não permite que sejam entendidos como luta pela liberdade de expressão, ampliação dos direitos civis e conquista de direitos sociais. A tradição liberal, que norteia boa parte da produção midiática brasileira, não considera que as lutas coletivas sejam importantes, já que parte da representação do homem político como ser atomizado, e da sociedade como um mecanismo que tende à harmonia, caso as leis naturais de mercado sejam respeitadas. O esforço individual, traduzido na lógica da meritocracia, seria o único meio de corrigir a desigualdade social de acordo com tal leitura, daí a ênfase dada no campo jornalístico à ideia de empreendedorismo como panaceia capaz de solucionar todos os males do mundo.

Minha pesquisa parte da premissa de que essa leitura de mundo não se tornou hegemônica apenas em função da ação da mídia e de seus apologistas neoliberais, ainda que seu papel tenha sido fundamental. A negatização dos movimentos sociais foi reforçada por movimentos bem mais capilares, como a ação das igrejas neopentecostais, principalmente em função do desenvolvimento, nesse seguimento evangélico, da *teologia da prosperidade*. O protestantismo neopentecostal atraiu um número significativo de fieis na virada do século XX, com uma liturgia inovadora e uma perspectiva teológica compatível com o novo momento vivido pelo capitalismo. A Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, enfatiza a transformação miraculosa da vida, no que se refere ao corpo, ao espírito, ao estilo de vida e aos padrões de consumo. A IURD dirige sua ação aos desejos e necessidades materiais de pessoas

que vivem em um mundo onde o sucesso é medido quase que exclusivamente pela riqueza e pelo consumo, e onde o pecado e a graça são definidos pela pobreza e pela fortuna (GARRARD-BURNETT, 2011, p. 177). Nessa representação de mundo, a ênfase recai sobre o fiel, entendido como indivíduo, capaz de alterar sua história de vida e obter sucesso graças à sua conversão e adesão às práticas da igreja.

Dentre as estratégias criadas por igrejas como a IURD, mas que também foram copiadas por outras igrejas protestantes, inclusive aquelas ligadas ao protestantismo histórico, estão o uso de música de louvor contemporânea, o culto altamente participativo, a incorporação de técnicas agressivas de *marketing*, a ação política (não é mais possível negligenciar o poder da bancada evangélica no Congresso Nacional e nas outras casas legislativas), o investimento na produção televisiva e cinematográfica e a penetração no universo do ensino, não apenas com escolas confessionais, mas também no ensino público, por meio da preparação de pastores e fieis para o ingresso na carreira docente.

Foi essa ação proselitista do professorado que levou à divulgação de textos religiosos nas escolas públicas; textos esses responsáveis pela sacralização de praticamente todos os grandes temas da realidade brasileira e mundial. Essa sacralização do ensino levou, como discuti em minha tese, à disseminação de estereótipos acerca de homossexuais, cientistas, artistas, reformadores sociais, religiões minoritárias e também à demonização dos movimentos sociais. A guerra cósmica contra o mal seria o grande contexto em que esses *outros* foram identificados e combatidos pelos professores *infiltrados* (termo usado por vários professores e também presente em parte significativa dos textos de divulgação religiosa) nas escolas.

O primeiro texto religioso que abordou a questão dos movimentos sociais circulou em escolas públicas de Penápolis e Birigui por volta do ano 2000. Seu título, *Que querem o MST e o feminismo senão destruir a sociedade e espalhar o comunismo*, já evoca a referida teoria da conspiração. Em seu corpo, o texto associa esses dois movimentos contemporâneos a uma espécie de conspiração comunista tramada internacionalmente para abalar os valores da família cristã e espalhar o caos pela sociedade:

É imperativo que saibamos do que tratam o MST e o feminismo. São movimentos tramados pelo comunismo internacional para destruir as famílias e os valores do cristianismo. Eles surgiram na Europa e nos Estados Unidos, mas já estão sendo destruídos por lá. O Brasil também tem que destruir essa chaga que atormenta os homens e mulheres de boa índole (QUE QUEREM, 2000, p. 1).

Na sequência, o texto apresenta quais seriam os papéis sociais naturais para homens e mulheres, reforçando a concepção normativa de mulher como adequada ao papel de mãe e esposa e do homem como provedor da família:

As feministas são mulheres que querem tirar o útero dado por Deus para serem naturalmente mães e esposas. Querem inverter a ordem do mundo e matar o amor

materno. Elas destroem a família e inventam que homens e mulheres devem entrar em guerra. Ela se esquecem que se a mulher tem que amar e cuidar dos filhos, cabe ao homem trabalhar e manter a casa (Ibidem, p. 1).

No que se refere ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o referido texto defende que seria fruto tardio de conspirações comunistas do passado, objetivando a destruição da propriedade privada, vista como sagrada e inviolável:

O MST é feito de gente malévola que ainda pensa que o comunismo vai salvar o mundo. O comunismo, esse câncer que ainda não conseguimos extirpar, é sua mãe. O demônio é seu pai. Eles praticam a violência no campo e não respeitam a propriedade sagrada do homem, dada por Deus para aqueles que mereceram. O suor do trabalho não é importante para quem quer roubar o que pertence a outros. Desde a época da União Soviética movimentos como o MST causam destruição no campo (Ibidem, p. 2).

Esse texto foi distribuído em pelo menos dez escolas de Penápolis e Birigui entre 2000 e 2003, servindo de base para discussões sobre o feminismo e sobre a questão agrária no Brasil. O número de textos religiosos com esse teor, contudo, aumentou após a eleição de Luís Inácio “Lula” da Silva, do Partido dos Trabalhadores, para a presidência do país em 2002. A partir de então, aumentou em intensidade a condenação aos movimentos sociais, que passaram a ser vistos como produtos do governo petista, ou pelo menos como grupos que cresceram em função da visibilidade dada a eles por esse governo. Isso pode ser constatado no texto *O petismo e os inimigos da sociedade* (2004):

O PT, um partido comunista que se disfarçou de ovelha para enganar o povo, permitiu que o estado brasileiro fosse contaminado com movimentos perniciosos para a nação, que vão contra as verdades do evangelho, destruindo a família e a moral. As feministas fazem pressão para estabelecer a igualdade, mal sabem elas que a única igualdade que existe é perante Deus e perante a aceitação do evangelho. O MST e esse movimento dos sem teto querem destruir a propriedade privada fruto do trabalho honesto (O PETISMO, 2004, p. 1).

O texto acima circulou por várias escolas em pelo menos três cidades da Região de Araçatuba (Penápolis, Birigui e Araçatuba), chegando às mãos de mais de quinhentos estudantes. Ele foi usado durante um bom tempo para questionar os rumos das políticas sociais do governo do PT e para criticar o suposto respaldo dado por esse governo ao feminismo e às demandas do MST e de movimentos correlatos. Esse texto repete um dos argumentos mais presentes na pregação dos professores; o de que a propriedade seria sagrada, um presente dado por Deus aos homens trabalhadores. Tal argumento, apesar de não ser sustentado com referência à filosofia política, faz parte da tradição liberal. John Locke foi um de seus primeiros defensores, pois estabelece a propriedade como um direito natural do homem, diante do qual o Estado, entidade artificial criada para proteger os direitos naturais, nada pode fazer. Para Locke, a propriedade já existe no estado de natureza e, por ser uma instituição

anterior à própria sociedade, é um direito natural que não pode ser violado (MELLO, 2000, p. 85). Em vários textos religiosos, a associação da propriedade como algo natural e a menção às demandas do MST como sendo antinaturais produz argumentos semelhantes aos da tradição liberal, como no trecho abaixo:

Não é natural e recomendável que alguém tenha acesso à terra sem merecer. Seria um prêmio injusto para agitadores vagabundos que não trabalham. Seria injusto aos olhos de Deus tirar a terra de quem mereceu, de quem trabalhou por ela e prosperou. O MST é ruim para o Brasil porque espalha essa ideia comunista de que todos podem ser iguais sem esforço (O MST, 2005, p. 1).

A crítica religiosa ao MST, apesar de bastante presente nos textos, não é a mais corriqueira. Os principais alvos desses textos são o movimento feminista e os movimentos LGBTTTTS (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e simpatizantes). Esse último, por sua vez, aparece com muito mais intensidade como alvo dos professores proselitistas nas escolas públicas, mas com a sigla LGBT, mais comum na primeira década do século XXI. Os movimentos LGBTTTTS defendem a aceitação social das pessoas LGBTTTTS e sustentam suas demandas na extensão dos direitos civis. Parte da argumentação produzida por esses movimentos se fundamenta no princípio liberal-republicano de igualdade perante a lei.

Os textos religiosos, em sua maioria, não fazem muita referência aos movimentos LGBTTTTS, já que se recusam a usar a nomenclatura proposta pelos próprios movimentos. A questão LGBTTTTS é reduzida a um único denominador comum, o conceito de homossexualismo, de teor pejorativo e condenatório. A partir da década de 1990, houve uma mutação no discurso sobre a homossexualidade em função da inserção de representações religiosas nas escolas. Surgiram cada vez mais menções ofensivas a eles. O ápice dessa mudança foi no ano de 2004, quando os professores capitalizaram o sucesso do filme *Paixão de Cristo* (2004) para ampliar sua ação proselitista.

O referido filme teve várias sessões especiais para igrejas, empresas e escolas. Quase todas as escolas da região realizaram sessões para seus alunos. Eles foram acompanhados por professores, que se responsabilizavam também pelo debate sobre o filme. Observei muitas dessas sessões. A exibição do filme causou reações apaixonadas. Em muitas sessões, a comoção foi tão grande após a crucificação de Cristo, que os professores passaram a *pregar* para os alunos aos prantos, na maioria das vezes frisando que Cristo havia morrido por eles. Uma ideia onipresente nessas pregações improvisadas é a de que Cristo morrera por causa de uma conspiração. Em determinada sessão, uma professora indicou aos alunos quem eram os conspiradores, afirmando que o diabo era uma criatura sem sexualidade definida. Ela referia-se à imagem andrógina do diabo construída pelo filme. Sua fala reforçou a ideia de ele seria *homem e mulher*; uma espécie de retrato da *indecisão* do homossexual. Essa associação do diabo com a homossexualidade já havia aparecido em diversos textos

distribuídos antes da exibição do filme. A partir de então, tal associação passou a ser corriqueira. Na evolução do discurso religioso sobre o homossexual nas escolas, podemos precisar dois momentos. No primeiro, o homossexual é representado como um doente que precisa ser tratado. Tal representação reproduz, em linhas gerais, o antigo discurso médico sobre a questão, que qualificava a homossexualidade como desvio. Assim, na maioria dos textos sobre o tema, há um chamado à ação que insiste na necessidade de se *curar o desvio*:

A homossexualidade é uma doença que deve ser combatida. Não devemos tratar mal os enfermos mas dar a eles um remédio eficaz para a sua doença. E o remédio é Cristo. A cura definitiva é quando se constrói uma família cristã saudável com um homem e uma mulher (UMA DOENÇA, 1995, p. 1).

O homossexual, no novo contexto, não era mais visto como um doente, apesar de tal perspectiva permanecer. Ele passou a ser descrito como um conspirador, capaz de destruir as famílias e a própria sociedade. O princípio do caos passou a ser utilizado para fazer referência a ele e o homossexual passou a ser, nos textos elencados, associado ao diabo. A visão negativa do homossexual, associando a homossexualidade com o diabo, de certa forma se apropria da concepção cristã tradicional de condenação à sodomia. O homossexual seria, na visão de parte dos textos arrolados, um *seguidor de Satanás*, um portador de *sexualidade antinatural*, um *inimigo da verdade e da fé* e, segundo a mais exaltada das representações, um *conspirador contra a ordem natural do mundo*. Muitos textos passaram a representar o homossexual como um conspirador. Alguns textos apresentam a ideia de que os homossexuais, por não poderem se reproduzir, costumam adotar crianças pequenas, que podem ser *transformadas* em novos homossexuais:

As pessoas defendem os gays e dizem que eles devem ter uma vida feliz como todo casal, inclusive adotando filhos. Mas porque eles só querem adotar crianças? É para molestar e fazer a criança virar um homossexual como eles e acabar com tudo pela raiz. Sim, é assim que eles se espalham e querem acabar com a família natural (O QUE, 2004, p. 1).

Até o ano de 2015 não encontrei textos que utilizassem a expressão *ideologia de gênero* para designar as demandas por igualdade jurídica e reconhecimento social no universo LGBTTTTS. O termo passou a ser comum desse ano em diante, quando líderes religiosos midiáticos e movimentos conservadores (como o movimento *Escola Sem Partido*) se apropriaram dele para demonizarem as discussões sobre orientação sexual nas escolas.

Uma *prova* de que haveria uma conspiração homossexual, segundos os textos, seria a propagação da AIDS a partir da década de 1980. Nas representações da doença, os homossexuais são constantemente apontados como responsáveis pela epidemia:



Que vocês vejam a AIDS que se espalhou como uma praga nas famílias. A tentação do diabo levou até a doença, o sexo sem compromisso dos sodomitas foi responsável pela difusão da praga entre nós, mas a AIDS não é só uma punição de Deus contra os atos dos homens ela é também obra do demônio para enfraquecer a humanidade. Ele usa os seus servidores para espalhar a praga com o consentimento de Deus que quer punir os homens pela sua má conduta. E quem são os lacaios do diabo? São os gays e seus defensores (A AIDS, 2002, p. 1).

São muitas as leituras possíveis da passagem acima. A AIDS seria um flagelo de Deus para punir os homens por sua conduta sexual e uma forma do diabo espalhar o caos e a destruição do mundo, com o consentimento de Deus. Nesse caso, o diabo seria um laçao de Deus e suas ações também estariam previstas no plano divino. Os homossexuais, por sua vez, seriam veículos para a ação do diabo. Há semelhanças entre essa representação do homossexual e aquelas construídas a respeito dos judeus, vistos como profanadores, deicidas e agentes do diabo, que espalhariam a peste e a morte (DELUMEAU, 1996). O homossexual seria o responsável pela difusão da *nova peste negra* do mundo contemporâneo. A eles também caberia, em diversos textos, outras acusações, como a de *pedófilos*, *viciados*, *imorais*, *insidiosos* etc. Todos os atributos associados ao diabo, nos textos arrolados, também são aplicados aos homossexuais. A acusação de tramar contra a humanidade naturalmente é reforçada pelo uso da representação da serpente, agente da perdição do homem:

Devemos saber que é como uma víbora maldita eles se esqueiram pelos meios de comunicação, pelas escolas, pelos governos, pelas famílias e até pelas igrejas para espalhar seu veneno e seus valores deturpados e devassos (CUIDADO, 2002, p. 1).

O texto refere-se uma suposta *cultura gay* presente nos meios de comunicação de massa e em instituições religiosas que realizam casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Qualquer manifestação cultural que defendesse a pluralidade de vivências sexuais e mesmo culturais passou a ser associada à conspiração dos homossexuais, vistos como um grupo coeso e organizado, tal como a Maçonaria e as próprias igrejas:

Não podemos deixar de dizer que eles são como que membros de uma igreja do mal, que trama nas sombras contra o mundo de Deus e de seus seguidores. Não podemos fechar os olhos e os ouvidos, eles são mais silenciosos e perigosos que os maçons, os infiéis e os maus cristãos (CUIDADO, 2002, p. 1).

Essa representação do homossexual, que mescla teoria de conspiração e metáforas da doença apresenta, naturalmente, ações possíveis para barrar o avanço dos conspiradores e de suas doenças. A defesa do *tratamento* da homossexualidade como doença permanece, mas, junto a ela, surge outra solução:

Se é uma doença deve ser tratada, mas e se ele estiver espalhando sua doença porque é mal e é um peão do diabo o que se deve fazer para acabar com sua falta de vergonha e de fé? Muitas famílias cristãs já matam o mal pela raiz porque não existe nada melhor para se curar a maldade e a falta de caráter do que uma boa

Na maioria dos textos religiosos, a violência contra os homossexuais é legitimada. O homossexual seria, em função de sua própria natureza desviante, merecedor e causador da violência. Esse raciocínio também é usado, em certa medida, para culpar as mulheres que sofrem abusos por parte de seus maridos e que são vítimas de estupro, como podemos perceber no trecho a seguir:

A falta de moral das meninas é a principal causa de estupros e violências. Uma menina criada num lar sólido e cristão jamais sairia na rua com roupas provocantes, capazes de atizar o desejo dos homens. A mulher que sabe se portar como mulher é menos vitimada por estupradores porque não se vendem nas ruas (A CULPA, 2012, p. 1).

A naturalização dos papéis sexuais de homem e mulher dá base para os argumentos contrários à ação das feministas. Tais argumentos não são novos. O século XIX solidificou um imaginário acerca da mulher no universo burguês ocidental. O imaginário, nutrido pela tradição religiosa, mas principalmente pela triunfante ciência médica, reservou à mulher um espaço social específico, o doméstico, onde poderia exercitar aptidões consideradas *naturais*: mãe, esposa, dona-de-casa. Médicos, reformadores sociais, religiosos, políticos, todos passaram a se ocupar do grande tema da organização da sociedade num momento em que a industrialização e a proletarianização dos trabalhadores destruíam modos de vida tradicionais e rurais.

Os corpos das mulheres e dos homens, nesse contexto, foram objetivados por discursos científicos. A medicina adquiriu, pouco a pouco, o poder de influenciar políticas públicas e interferir na ordem familiar. Disciplinar condutas, legitimar arranjos sociais artificiais, vistos então como naturais, passou a ser um de seus papéis fundamentais. A mulher foi eleita para ter sua condição social vitalmente controlada e socialmente regrada (SCHRAIBER, 2002, p. 14). A psiquiatria patologizou comportamentos femininos desviantes. As doenças mentais, na perspectiva da nova ciência, poderiam gerar sintomas corporais. A busca pela autonomia, a recusa em desempenhar os papéis *naturais*, a conduta sexual, tudo passou a ser indício para a construção de diagnósticos. As *mulheres loucas* foram encarceradas em hospícios e segregadas nas famílias.

A principal argumentação contrária ao feminismo nos textos religiosos é a de que ele subverte papéis sociais que seriam naturais, porque sagrados e adequados à perpetuação da espécie humana:

Se seguirmos o que pregam as feministas não teremos futuro. Um mundo onde as mulheres não se dedicam aos filhos e ao marido é um mundo em que a família humana e cristã não pode sobreviver. A família está baseada na vontade de Deus, que deu aos homens aptidões e às mulheres outras aptidões, como o instinto maternal (CONTRA, 2013, p. 1).

O referido texto vai além. Afirma que o feminismo não é apenas contrário à natureza da família cristã, entendida como sinônimo de família humana, mas faz parte de uma conspiração comunista para destruir a cristandade:

O feminismo surgiu na União Soviética, em Cuba e em outros países comunistas. Como esses países não valorizavam a família, divulgavam a idéia de que homens e mulheres deveriam ser livres para escolher seu caminho. Essa ideia absurda e perniciososa foi plantada pelos comunistas no feminismo dos países cristãos para abalar as famílias e permitir um domínio posterior (CONTRA, 2003, p. 2).

O combate aberto contra o feminismo e os movimentos LGBTTTTS levou à demonização das disciplinas onde essas questões eram mais comumente discutidas. Muitos dos textos religiosos que encontrei divulgavam imagens estereotipadas e simplificadoras do ensino de História, Filosofia, Sociologia e, em menor escala, de Biologia. Nesses textos, tais disciplinas são apresentadas como fundamentalmente subjetivas, conspiratórias e *ideológicas*. Alguns textos defendem inclusive a exclusão delas dos currículos escolares, como forma de preservação dos valores familiares e cristãos:

Para que servem essas matérias? Só para causar confusão na cabeça de crianças que ainda não sabem se defender e podem ser influenciadas. Melhor seria se fossem retiradas do currículo. Mas para que seu efeito fosse totalmente evitado, a História, a Sociologia e outras ciências humanas falseadoras deveriam deixar de ser ensinadas nas universidades (OS PERIGOS, 2010, p. 1).

Antes do período analisado neste artigo, em 1995, um texto crítico ao ensino de História circulou por pelo menos três escolas públicas. Intitulado *A verdade das escrituras contra os falsos profetas*, o referido texto atacava, em especial, a vertente marxista da História, vista como perniciososa para os alunos:

A escola pública é o único lugar aonde ainda são acolhidas as ideias empoeiradas de Marx. Hoje sabemos que são ideias falsas, que levaram à perdição nações inteiras como a Rússia e a China. Onde essas ideias geraram frutos se instalou o caos e a destruição dos valores cristãos. O marxismo é uma ideologia de ateus e de adoradores do demônio. Marx era um devoto de Satanás e foi inspirado por ele quando escreveu seus livros. Ele espalhou ódio e discórdia entre os homens e quase destruiu o mundo. (A VERDADE, 1995, p. 1)

Essa condenação, fundamentada numa leitura simplória do marxismo e de suas diversas vertentes, ignora completamente os debates historiográficos ocorridos na contemporaneidade. Ignora, por exemplo, que boa parte das pesquisas históricas no Brasil atual se inspira na Nova História Cultural, vertente que dialoga mais com a tradição antropológica do que com o marxismo. Ignora também que o próprio marxismo acadêmico abandonou parte de sua atividade política em nome de certa objetividade científica e da construção de conceitos mais operacionais e menos dogmáticos, como na obra do historiador inglês Edward Palmer Thompson, que influenciou toda uma geração de historiadores no Brasil.

Esse tipo de argumentação foi amplamente utilizado pelo Movimento *Escola Sem Partido* posteriormente para legitimar suas propostas de cerceamento da liberdade de cátedra nas escolas públicas brasileiras, projeto que recebeu grande adesão entre evangélicos neopentecostais e outros grupos conservadores. Trata-se de um tipo de argumentação já bastante antigo no universo escolar, sendo produto principalmente do trabalho de líderes religiosos e professores ligados a determinadas igrejas.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron, no livro *A Reprodução: elementos para a teoria do sistema de ensino* (1982, p. 19), afirmam que todo poder de violência simbólica, que chega a impor significações como legítimas, dissimulando as relações de força que estão em sua base, acrescenta sua própria força simbólica a essas relações. Por isso, o sistema educacional é um *locus* ideal para a imposição de significações. Toda ação pedagógica é uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário e reconhecido socialmente (sancionado), de um arbitrário cultural. Como consequência, numa formação social determinada, a ação pedagógica é objeto de disputas por grupos que desejam tornar hegemônicas suas leituras do real.

A leitura de Bourdieu do campo educacional ajuda a explicar o porquê da resistência das igrejas ao processo de laicização do ensino. Tal processo sempre esteve em acordo com o triunfo político dos ideais liberais burgueses, que consideravam a antiga relação entre Estado e Igreja como inerentes a uma ordem política ultrapassada. Desde então, num processo que não pode ser considerado uniforme, certo racionalismo cientificista passou a fazer parte do ideário da pedagogia burguesa. Também passou a fazer parte da educação republicana e democrática contemporânea a discussão acerca da ampliação de direitos civis, políticos e sociais, ampliação que seria necessária para a construção de uma cidadania plena.

A inclusão das demandas dos movimentos sociais nos currículos escolares faz parte dos debates acerca da cidadania e dos direitos. A igualdade jurídica e a justiça social, entendidas como direitos na democracia contemporânea, não podem estar ausentes das escolas públicas, que são, em essência, republicanas. As resistências das igrejas avanço discussões acerca da questão da cidadania as colocam no espectro do conservadorismo político e pedagógico. Um conservadorismo alimentado por teorias de conspiração arquetípicas, que dividem o mundo em cristãos e não cristãos, partidários da ordem e partidários do caos, seres morais e seres imorais. A difusão dessas ideias, por meio de textos de divulgação religiosa, não é contrária apenas aos interesses dos grupos e movimentos sociais nelas demonizados. Atenta principalmente contra a própria concepção de escola republicana, escola que deveria ser aberta à pluralidade e à defesa dos direitos fundamentais do cidadão, direitos que são constantemente violados em função de crença religiosa, orientação sexual etc.

## REFERÊNCIAS

### LIVROS, ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES

- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.
- BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- CASSIRER, Ernest. **El mito del Estado**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- GARRARD-BURNETT, Virginia. A vida abundante e a teologia da prosperidade na América Latina. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba: Editora UFPR, n. 55, p. 177-194, jul./dez. 2011.
- GINZBURG, Carlo. Mitologia germânica e nazismo: sobre um velho livro de Georges Dumézil. In: \_\_\_\_\_. **Mitos emblemas sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco (org.). **Os clássicos da política v. 1**. São Paulo: Ática, 2000.
- MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARTZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PETERS, Carlos Eduardo Marotta. **A cadeira de rodas de Stephen Hawking: religião, representação do outro e da ciência em escolas públicas de Penápolis na virada do século XX para o XXI (1990-2008)**. 2010. 258 p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.
- SCHRAIBER, L. B. Prefácio. In: VIEIRA, E. M. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2002.
- FONTES**
- A AIDS e suas verdadeiras causas**. Penápolis, 2002. Texto crítico distribuído nas escolas.
- A CULPA das vítimas: reflexões cristãs sobre a violência contra a mulher**. Birigui, 2012. Texto crítico distribuído nas escolas.
- A VERDADE das escrituras contra os falsos profetas**. Penápolis, 1995. Texto crítico distribuído nas escolas.
- CONTRA o feminismo e a favor da família**. Araçatuba, 2013. Texto crítico distribuído nas escolas.

**CUIDADO com os inimigos de Deus.** Penápolis, 2002. Texto crítico distribuído nas escolas.

**EM DEFESA de uma educação verdadeira.** Penápolis, 2000. Texto crítico distribuído nas escolas.

**O MST e os perigos da agitação comunista,** 2005. Texto crítico distribuído nas escolas.

**O PETISMO e os inimigos da sociedade,** 2004. Texto crítico distribuído nas escolas.

**O QUE querem os gays e simpatizantes.** Penápolis, 2004. Texto crítico distribuído nas escolas.

**OS PERIGOS das ciências humanas.** Birigui, 2010. Texto crítico distribuído nas escolas.

**QUE QUEREM o MST e o feminismo senão destruir a sociedade e espalhar o comunismo,** 2000.  
Texto crítico distribuído nas escolas.

**SOLDADOS de Cristo.** Penápolis, 2003. Texto crítico distribuído nas escolas.

**UMA DOENÇA que atinge as famílias brasileiras.** Penápolis, 1995. Texto crítico distribuído nas escolas.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos** - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). [orcid.org/0000-0002-5472-8879](https://orcid.org/0000-0002-5472-8879). E-mail: <[awsvasconcelos@gmail.com](mailto:awsvasconcelos@gmail.com)>.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-438-2

